

O PAÍS

Pacote para compensar perda

Malan diz que 160 milhões de brasileiros pagarão a conta em prol de 918 mil

Ailton de Freitas

Shirley Emerick e Cristiane Jungblut

BRASÍLIA e RIO VERDE (GO)

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai apresentar ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na semana que vem, um pacote de medidas para garantir a manutenção do programa de ajuste fiscal adotado pelo Governo federal no ano passado e que vai durar até 2001. O programa de ajuste sofreu o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos e de aumentar a dos ativos. O ministro assegurou que o Governo vai cumprir as metas do ajuste fiscal acertadas com o FMI e afirmou que serão elaboradas medidas para garantir a receita de R\$ 2,4 bilhões que estava prevista e não será mais obtida no ano 2000.

— Vamos enfrentar este problema e não vamos abrir mão do nosso compromisso — afirmou Malan.

O ministro reafirmou que o Governo federal vai encaminhar ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para poder cobrar a contribuição previdenciária dos servidores, mas enquanto o texto não for aprovado, será necessário adotar medidas para cobrir o buraco no próximo ano. Ele afirmou que a cobrança da contribuição previdenciária sobre o salário dos militares é uma das medidas que serão discutidas, mas quem decidirá sobre o conjunto de propostas será o presidente da República. Ele informou que a equipe econômica já tem reunião marcada para discutir o assunto na próxima segunda-feira.

Malan: 'Decisão é de toda a sociedade'

• Malan disse ontem que o custo de 918 mil aposentados e pensionistas neste ano vai chegar a R\$ 23 bilhões. A soma da contribuição atual dos servidores é de apenas R\$ 3,5 bilhões, segundo ele, e a diferença, próxima de R\$ 20 bilhões, terá de ser arcada por todos os brasileiros.

— A decisão do Supremo enseja a possibilidade de que mais de 160 milhões de brasileiros e brasileiras sejam obrigados, de alguma maneira, a participar de um esforço em prol de cerca de 918 mil servidores — disse o ministro, repetindo trecho de nota conjunta divulgada ontem à tarde pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Malan comentou a decisão do Supremo:

— É uma decisão que não é só do Governo federal, é da sociedade. Tenho procurado explicitar isso há anos.

Na mesma linha, Fernando Henri-



FERNANDO HENRIQUE Cardoso cumprimenta populares no desembarque no aeroporto de Rio Verde, em Goiás, onde foi inaugurada uma fábrica de derivados de tomate

Gustavo Miranda

"Não deixo de acreditar, de motivar, de compreender, e mesmo quando há injustiça, ela não marca minha alma"

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



O MINISTRO DA FAZENDA, Pedro Malan, chega para a entrevista coletiva

"Mais de 160 milhões de brasileiros serão obrigados a participar de um esforço em prol de cerca de 918 mil pessoas"

PEDRO MALAN

quando há injustiça, ela não marca minha alma. Meus olhos não estão voltados para dois mandatos, para uma biografia, mas para o futuro do Brasil — afirmou, criticando o que chamou de "pessimistas, choramingueiros que vão sempre olhar para o que está errado e que têm um gostinho político pelo erro".

Para Malan, a percepção negativa do mercado, com queda nas bolsas e alta do dólar, não preocupa o Governo porque há uma sinalização clara de que há compromisso com o regime fiscal do país.

— Nós vamos cumprir o plano de estabilidade fiscal anunciado em setembro do ano passado — assegurou o ministro. ■

Íntegra do discurso do presidente no GLOBO
ON: www.oglobo.com.br/politica/stf.htm

• GOVERNO PLANEJA EMENDA CONSTITUCIONAL PARA PODER TAXAR INATIVOS na página 4

os servidores ativos são obrigados a pagar contribuição previdenciária e os inativos são isentos:

— O STF decidiu tecnicamente, eu vi a decisão. O mais grave disso, e não é responsabilidade do Supremo, é que está na Constituição uma coisa complicada: como não se pode taxar inativos, o que acontece agora é que a pessoa quando se aposenta vai ganhar mais do que quem trabalha. Quem trabalha paga 11% de contribuição e, quando vai se aposentar, deixa de pagar. É um

incentivo a se aposentar e isso não está certo.

Apesar de não criticar o Supremo, durante todo o discurso deixou clara sua preocupação com os efeitos políticos e econômicos da medida. Ele afirmou que a decisão provocará redução de investimentos em alguns programas, mas deixou claro que também cabe ao Congresso pensar em alternativas para viabilizar o ajuste:

— Não deixo de acreditar, de motivar, de compreender, e, mesmo